

XIII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XIII ENANCIB 2012

GT 7 – Produção e comunicação da Informação em CT&I

**ASPECTOS REPUTACIONAIS DOS SISTEMAS DE AVALIAÇÃO DA PRODUÇÃO
CIENTÍFICA NO CAMPO DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

Comunicação Oral

Nanci Oddone - Universidade Federal do Rio de Janeiro - UNIRIO

Vinícios Menezes - UFBA

Anderson Café - UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

menezes.vinicios@gmail.com

ASPECTOS REPUTACIONAIS DOS SISTEMAS DE AVALIAÇÃO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA NO CAMPO DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Resumo: O artigo trata da articulação entre as matrizes teóricas do campo científico de Pierre Bourdieu e dos sistemas reputacionais próprios da avaliação da produção científica, de Richard Whitley. Tal fundamentação foi aplicada aos instrumentos de reputação produzidos pelas duas maiores agências capitalizadoras do capital científico no Brasil, a Capes e o CNPq. Foram analisados os instrumentos de avaliação dos programas de pós-graduação em Ciência da Informação formulados pela Capes e os critérios de concessão de Bolsa de Produtividade (PQ) do CNPq. A análise se delineou em dois planos: a Capes no plano institucional e o CNPq no plano individual dos agentes do campo. Foram discutidos os critérios e as estratificações do sistema de avaliação Qualis da Capes, além dos critérios e ponderações relativos à avaliação dos programas de pós-graduação da Ciência da Informação. Também foram analisados os critérios para concessão de bolsa de produtividade do CNPq e caracterizados, por nível e região, os 47 bolsistas de produtividade em pesquisa da Ciência da Informação. A vinculação da fundamentação teórico-metodológica com a pragmática das ações dos sistemas de avaliação da produção científica no campo da Ciência da Informação se constitui como um solo fértil de pesquisa para o campo.

Palavras-chave: Campo científico. Sistema reputacional. Capital científico. Sistemas de avaliação da produção científica.

Abstract: This is the link between the scientific field of the theoretical frameworks of Pierre Bourdieu and reputational systems own of evaluation of scientific, Richard Whitley. Such reasoning was applied to the reputation of instruments produced by the two largest agencies capitalized scientific capital in Brazil, Capes and CNPq. We analyzed the assessment tools of post-graduate in Information Science formulated Capes and the criteria for granting of Stock Productivity of CNPq. The analysis is outlined in two plans: Capes on the institutional level and CNPq in terms of individual agents in the field. They discussed the criteria and stratification of the evaluation system Qualis Capes, and the criteria and weightings concerning the assessment of graduate programs in Information Science. Also analyzed were the criteria for granting the scholarship of CNPq and characterized by level, the 47 fellows productivity of Information Science. Linking the theoretical and methodological with pragmatic actions of evaluation systems of scientific production in the scientific field of Information Science was set up as a fertile ground for research field.

Keywords: Scientific field. Reputational system. Scientific capital. Systems for scientific assessment.

1 O SISTEMA REPUTACIONAL NA CONCEPÇÃO DO CAMPO CIENTÍFICO

O conceito de sistema reputacional (Whitley, 2000) incorpora elementos de natureza organizacional aos estudos da atividade científica. A ideia está centrada na concepção de que, assim como as organizações representam espécies particulares de um campo de disputas (Bourdieu, 1983), a ciência, com seu modo particular de produção, configura um tipo particular de organização.

A concepção do sistema reputacional está ligada à ideia das condições sociais de produção do campo científico. Richard Whitley (2000) pensa a pesquisa científica como um tipo particular de organização do trabalho orientado por contextos institucionais mais amplos. Terry Shinn e Pascal Ragouet (2008, p. 130) fazem referência ao pensamento de Whitley afirmando que a atividade profissional científica difere de outras profissões na medida em que constitui uma “organização de controle reputacional do trabalho”, ou seja, a atividade científica distingue-se de outras atividades sociais pelo controle que as instituições exercem sobre a distribuição da reputação entre os agentes do campo científico. O controle organizacional do campo científico ocorre, segundo esses autores, por meio de um sistema de reputações.

O sistema reputacional é um modelo de análise focado na organização dos campos científicos. Algumas características que diferem uns campos de outros, bem como produzem suas ideologias, ou ainda, como constituem suas formas próprias de expressão linguística através dos jogos de linguagem (WITTGENSTEIN, 2009), deve-se, segundo Whitley (2000), em grande parte a fatores de natureza organizacional¹. A estrutura organizacional desse sistema de creditação se baseia no controle das pesquisas por meio dos “sistemas de comunicação” e dos “critérios de avaliação” que acontecem na ambiência do campo. (MINGUILLO, 2010, p. 774).

Nas palavras de Bourdieu, o campo, em sentido geral, é um espaço de concorrência “[...] no qual estão inseridos os agentes e as instituições que produzem, reproduzem ou difundem a arte, a literatura ou a ciência.” (BOURDIEU, 2004, p. 20). O campo científico é um mundo social como os outros, mas que obedece a leis sociais mais ou menos específicas,

¹ É necessário ponderar e, respectivamente, não fazer do modo organizacional soberano e absoluto das formas de análise referentes aos Estudos Sociais da Ciência. Contudo, tal passo, parcimonioso, se revela muito proveitoso diante de uma razão instrumental burocrática que administra as instituições científicas, especialmente no Brasil. Para conhecimento da administração burocrática das instituições, conferir o idealizador, Max Weber (2009); para crítica de tal pensamento no contexto da ciência, ver Jürgen Habermas (2007).

comportando em seu fundamento relações de força e de dominação entre os agentes científicos que o constituem. Logo, o campo científico caracteriza-se como um espaço de luta concorrencial, possuidor de “relações de força e monopólios”, “lutas e estratégias”, “interesses e lucros” (BOURDIEU, 1983, p. 122).

Segundo Whitley (2000), a ciência se baseia num sistema de produção firmado em concessão de prestígio e recompensas. O sistema – político e organizacional – através dos seus microcosmos regionalizados (campos científicos) confere reputação aos agentes que habitam o campo. A reputação é outorgada aos agentes pelas elites científicas do campo (WHITLEY, 2008). Portanto, aos agentes que mais acumularam capital científico através do trabalho de produção e reprodução do campo será facultada uma maior competência científica, o que habilita agir e falar legitimamente, de maneira autorizada e com autoridade no campo. Deste modo, segundo, Marilena Chauí

O discurso competente é um discurso instituído. É aquele no qual a linguagem sofre uma restrição que poderia ser assim resumida: não é qualquer um que pode dizer a qualquer outro qualquer coisa em qualquer lugar e em qualquer circunstância. O discurso competente confunde-se, pois, com a linguagem institucionalmente permitida ou autorizada, isto é, com um discurso no qual os interlocutores já foram previamente reconhecidos como tendo o direito de falar e ouvir, no qual os lugares e as circunstâncias já foram pré-determinadas para que seja permitido falar e ouvir e, enfim, no qual o conteúdo e a forma já foram autorizados segundo os cânones de sua própria competência. (CHAUÍ, 1981, p. 7).

A competência científica não diz respeito apenas ao saber, à capacidade de saber-fazer algo. O verbo competir que confere ação ao substantivo competência, pressupõe também uma concorrência simultânea, uma luta, uma busca ao mesmo tempo com outrem. Competir, de certa maneira, é rivalizar. Quando o discurso se torna competente, a fala do agente passa a pressupor legitimidade, isto é, torna-se um discurso de autoridade no campo. A crença na legitimidade do discurso competente, segundo Lucio Levi (1993, p. 675), “é o elemento integrador na relação de poder” entre os pares-concorrentes do campo científico.

2 A AUTORIDADE E A ACUMULAÇÃO DO CAPITAL CIENTÍFICO

A palavra autoridade tem origem no latim *auctoritas* derivada do verbo *augere* que significa aumentar. O sentido de aumentar, na Roma antiga, está direcionado à fundação da cidade, logo o significado de aumentar remonta a expansão dos limites da cidade. A autoridade para os romanos era encarada em contraposição ao poder, como na tradicional

passagem de Cícero citada por Hannah Arendt (2009, p. 164) em que diz “enquanto o poder reside no povo, a autoridade repousa no Senado².” A autoridade foi considerada de modo derivativo, em contraposição ao poder e com raízes no passado, portanto, segundo Arendt, “[...] os dotados de autoridade eram os anciãos, o Senado ou os *patres*, os quais a obtinham por descendência e transmissão (tradição) daqueles que haviam lançado as fundações [...]” (2009, p. 164). Ao contrário do conceito moderno e contemporâneo de aumentar em que o direcionamento está indicado para o futuro, para os romanos, o crescer, o aumentar só poderia acontecer dirigindo-se ao passado, através do recordar das fundações, pois o passado “[...] era santificado através da tradição.” (ARENDR, 2009, p. 166) Portanto, Hannah Arendt em conclusão aos aspectos tradicionais desse culto à tradição pela autoridade afirma,

Enquanto essa tradição fosse ininterrupta, a autoridade estaria intacta; e agir sem autoridade e tradição, sem padrões e modelos aceitos e consagrados pelo tempo, sem o préstimo da sabedoria dos pais fundadores, era inconcebível (ARENDR, 2009, p. 166).

A autoridade segundo os romanos era uma propriedade dos políticos, basta lembrar a passagem de Cícero mencionada acima. Os políticos representavam a esfera pública da cidade, onde sua imagem deveria ser totalmente dissociada da imagem do “*despostes*”³, autoridade do espaço privado do lar. A característica fundamental do ato político é não ser um ato despótico. Após o declínio do Império Romano a herança política de Roma foi passada para a Igreja Cristã e como afirma Arendt (2009, p. 167), “[...] a Igreja tornou-se tão ‘romana’ e adaptou-se tão completamente ao pensamento romano [...]”, como, por exemplo, é possível comprovar na ideia dos Apóstolos que se tornaram os “pais fundadores” da Igreja após testemunhar a vida, a morte e a ressurreição de Cristo, sendo Cristo a pedra angular desta nova fundação. A fundação está na política para os romanos, assim como para os cristãos está em Cristo. Contudo, a grande diferença do governo de Roma para o da Igreja Cristã é que, com o segundo, o político perde a autoridade, pois não existe esfera política, no sentido greco-romano, o que existe é a esfera do poder da pessoa do governante. O poder eclesiástico estava marcado pela ideia do privado. A percepção da autoridade no pensamento medieval, conforme Nicola Abbagnano (2007, p. 115) era particularmente inspirada “na graça divina”, onde o exercício da autoridade poderia acontecer na decisão tanto de uma “máxima bíblica” como da “*sententia* de um Padre da Igreja”. Desta forma, a autoridade religiosa diluiu o conceito romano de autoridade, introduzindo a ele elementos de coerção e medo, isto é, de

² “*Cum potestas em auctoritas populo em senatu sentar*”

³ *Despostes*: déspota. Autoridade do espaço privado do lar, onde sua vontade é lei. O sentido originário da palavra lar é o de senhor, príncipe, mestre. (COULANGES, 2005, p. 93)

violência, como por exemplo, na inserção do conceito platônico de inferno pelas elites eclesiásticas (ARENDR, 2009, p. 177).

Com a quebra do pensamento medieval pelos modernos – os renascentistas e os iluministas – a autoridade secular entra em crise. Neste contexto de rompimento com o pensamento medievo e a institucionalização do pensamento moderno através da imagem da nação-estado, surge a ciência moderna, que se caracteriza pela busca da autonomia institucional da atividade científica. Neste cenário são erguidos os valores para a concessão da autoridade científica.

Na contemporaneidade, a autoridade científica é instituída através do acúmulo de capital científico. Os conceitos de autoridade e capital possuem significações similares, aumentar e acumular, ambos fundamentalmente quantificáveis⁴, logo para aumentar é necessário acumular. Assim, a autoridade científica baseia-se na razão: quanto mais se tem, capital científico, mais se é proeminente no campo. Falar de autoridade é falar de capitalização simbólica dentro da estrutura do campo científico. Nessa esfera acadêmico-científica o acúmulo de capital é simbólico, nem puramente técnico, nem puramente político, mas uma comunhão ambos os aspectos.

O capital científico é uma espécie de capital simbólico “[...] sempre fundado sobre atos de conhecimento e reconhecimento.” (BOURDIEU, 2004, p. 26). O capital científico acumulado pelo agente indica o prestígio e a proeminência atribuída a ele pelos pares-concorrentes do campo científico. Quanto maior for o capital simbólico, maior será a capacidade de falar e agir legitimamente no campo. O acúmulo desmedido de capital simbólico pode culminar num dos principais instrumentos de exercício da violência simbólica. Segundo Jean-François Dortier (2010, p. 52) a violência simbólica “[...] trata-se de uma violência ‘branda e mascarada’, exercida com a cumplicidade daqueles sobre quem ela se exerce”, desse modo “não se destina a marcar o corpo, mas as mentes. No mundo acadêmico, ela assume a forma do discurso de autoridade.” Pierre Bourdieu em seu livro – O poder simbólico – manifesta a dissimulação da violência simbólica a partir do “erro interacionista” que consiste em “reduzir as relações de força a relações de comunicação.” (BOURDIEU, 1989, p. 11). Dessa maneira, no primeiro capítulo, destinado aos fundamentos de uma teoria da violência simbólica, do livro – A reprodução – Bourdieu e Passeron principiam o texto dizendo,

⁴ Quantificação: tal propriedade foi e continua sendo criticada por vários pensadores, contudo não é o mérito desse trabalho discutir tais críticas. Para maior esclarecimento de duas visões distintas dessas críticas, ver Karl Marx (2011) e Martin Heidegger (2007).

Todo poder de violência simbólica, isto é, todo poder que chega a impor significações e a impô-las como legítimas, dissimulando as relações de força que estão na base de sua força, acrescenta sua própria força, isto é, propriamente simbólica, a essas relações de força. (BOURDIEU, 2010, p. 25)

É um agir do próprio campo vigiar e defender-se do exercício da violência simbólica. De acordo com Mario Stoppino (1994, p. 92), no contexto da autoridade “a violência pode derivar [...] da crença na legitimidade do poder”, sendo que o alto grau de crença na legitimidade do poder, pode se transformar na “legitimidade da violência”. Ou seja, o que Stoppino quer dizer, ou alertar, é que o emprego da violência pode vir a acontecer a partir da crença desmedida e imponderada na legitimidade poder, que transforma o exercício do poder numa “fé cega” na autoridade.

No livro “Ofício de sociólogo”, Bourdieu, Chamboredon e Passeron (2004) seguem a linha conceitual de Gaston Bachelard (1996; 2008), evidenciando o conceito de vigilância epistemológica, em que o campo científico deve exercer sobre os conhecimentos produzidos e reproduzidos uma vigilância com o intento da preservação da sua autonomia em relação aos outros campos. A essa perspectiva conceitual é necessário acrescentar – diante da indistinção dos conflitos epistemológicos e políticos (BOURDIEU, 1983, p. 124) – que o campo científico deve exercer sobre o conjunto de agentes que constituem o campo uma “vigilância política”, para que se evite a atividade autoritária da violência nesse espaço. Por violência, num sentido amplo, é entendido todo ato pelo qual um ser humano é tratado desprovido da sua humanidade, como se fosse coisa. Portanto, o ato de “vigilância política” no campo científico, tem por princípio, contrário a violência, a preservação da humanidade do humano. Esse agir conduz para a salubridade do campo, ainda que seja difícil devido à grande desigualdade produzida pela estrutura, gerada mediante a acumulação do capital científico, conceito-chave do sistema simbólico reputacional. Segundo Bourdieu, o capital científico

[...] repousa sobre o reconhecimento de uma competência, que proporciona autoridade e contribui para definir não somente as regras do jogo, mas também suas regularidades, as leis segundas as quais vão se distribuir os lucros nesse jogo, as leis que fazem que seja ou não importante escrever sobre tal tema, que é brilhante ou ultrapassado, e o que é mais compensador publicar [...] (2004, p. 27).

O acúmulo do capital científico tende a centralização, devido às quantidades cada vez maiores de capital concentrado pelo sistema reputacional de créditos. O capital científico está representado por duas formas de capital: “puro” e temporal. O processo de acumulação do capital científico de ordem temporal é político, em quanto o de ordem “pura” se desenvolve a partir do prestígio e do reconhecimento adquiridos através das publicações. As duas espécies

de capital científico não se excluem, são passíveis de conversão de um capital em outro (SHINN; RAGOUET, 2008, p. 127). O capital científico temporal é um

[...] poder institucional e institucionalizado que está ligado à ocupação de posições importantes nas instituições científicas, direção de laboratórios ou departamentos, pertencimento a comissões, comitês de avaliação etc. e ao poder sobre os meios de produção (contratos, créditos, postos etc.) e de reprodução (poder de nomear e de fazer as carreiras) que ela assegura (BOURDIEU, 2004, p. 35).

O capital científico “puro” repousa, quase que de maneira exclusiva, sobre o reconhecimento do conjunto de pares ou de parte deles. O prestígio adquire-se “[...] pelas contribuições reconhecidas ao progresso da ciência, as invenções ou as descobertas (as publicações, especialmente nos órgãos mais seletivos e mais prestigiosos”, ou seja, nos locais aptos a transferência de prestígio, crédito simbólico reconhecido pelo campo. O capital científico “puro” é de difícil determinação, imprevisível e carismático, isto é, está ligado à pessoa e “não pode ser objeto de uma portaria de nomeação”. (BOURDIEU, 2004, p. 36).

A distinção entre as duas espécies de capital científico habita nas duas extremidades limítrofes do espaço do campo, onde num dos extremos estão “[...] os detentores de um forte crédito específico e de um frágil peso político” e no extremo oposto, “[...] os detentores de um forte peso político e de um frágil crédito científico (em especial, os administradores científicos).” Contudo, segundo Bourdieu, “a conversão do capital político em poder científico é (infelizmente!) mais fácil e mais rápida [...]”, pois os agentes com poder político “estão em condições de assegurar a perpetuação da ortodoxia contra a inovação” (BOURDIEU, 2004, p. 38). A perpetuação da ortodoxia, uma existência epistemológica, que no âmbito político dos sistemas reputacionais pode ser identificada na conservação das elites científicas (WHITLEY, 2008), provoca o engessamento das normas de comunicação e avaliação das pesquisas. A ação das elites científicas é, com frequência, direcionada à conservação do estado de coisas em que se encontram as relações de força. Tal dominação pode culminar na institucionalização de oligarquias acadêmicas. (CLARK, 1983; SCHIMANK, 2005; WHITLEY, 2007). Esse tipo de ortodoxia, segundo John Ziman (1994, p. 107), conduz a um estágio estacionário da prática científica, pois reduz a autonomia do pesquisador, aumenta a dependência das elites disciplinares, além de restringir a novidade e a variedade de ideias novas.

A luta pelo monopólio da autoridade científica, incentivada pela estrutura científica e suas formas de administração, tem por base a acumulação do capital científico e a institucionalização do discurso competente, isto é, da autoridade científica. Entretanto, a

autoridade, especialmente a temporal, pode vir a exceder os limites do razoável e do plausível no campo, ou seja, a individualidade estimulada e reconhecida pelas relações pode atingir o extremo do esquecimento da coletividade. Logo, o discurso competente, não deve se tornar uma doxa, pois então o campo cairia no âmbito do indubitável, do imponderável, do que não se pode pesar. Seria a derrota do *logos* em relação à imperiosa instituição da doxa.

3 A AVALIAÇÃO REPUTACIONAL DO CAMPO DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

As práticas concretas da concepção reputacional estão refletidas nas organizações científicas, especialmente no Brasil, pelas duas maiores agências de fomento à pesquisa, possuidoras de grande capitalização científica, a Capes – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – e o CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Essas duas agências mostram em suas formas e procedimentos de ação aspectos da política científica nacional, que aparece nos microcosmos dos sistemas de avaliação da produção científica. Conforme Minguillo (2010), o sistema científico reputacional distingue-se em duas dimensões básicas e complementares: os sistemas de comunicação e os critérios de avaliação. No contexto nacional, a Capes e o CNPq possuem peso político-científico acumulado que lhes confere o poder de regular e aferir reputação para os artefatos intelectuais produzidos pelos agentes (indivíduos e instituições) que constituem os campos. Por conseguinte, a Capes e o CNPq são representações pragmáticas da política científica nacional e dos aspectos teóricos suscitados pelo sistema reputacional.

Os artefatos intelectuais dos sistemas de comunicação científica, especialmente os formais e específicos: livros e periódicos científicos são os que possuem maior creditação na esfera do conhecimento científico. Os periódicos científicos especialmente por serem elementos constitutivos e identitários do nascimento da ciência moderna (MEADOWS, 1999; MULLER, 2000). Os livros, por serem os artefatos intelectuais próprios da comunicação cultural da modernidade, não escapando a ciência desse contexto cultural (ROSSI, 1992; BAIARDI, 1996; TARNAS, 2008). Fabricados no século XV, os livros foram de grande valia para a modernidade, sendo possível, por exemplo, constatar com o advento das Enciclopédias como esse artefato produziu e reproduziu o pensamento moderno (MARTINS, 1998; BURKE, 2003). Diante desse cenário e desses artefatos de comunicação cultural e intelectual da ciência, a Capes desenvolveu instrumentos de avaliação para ambos: o dos periódicos científicos conhecido como o sistema Qualis-Periódicos e o dos livros, surgido na última avaliação trienal (2007-

2009), ainda não possuindo nomeação própria, apenas “roteiro para classificação de livros”, contudo e contando com uma estratificação avaliativa própria do sistema Qualis, pode ser denominado, para efeito de apresentação nesse trabalho, de Qualis-Livros.

A avaliação, tanto dos periódicos científicos quanto dos livros, visa conferir a esses artefatos técnico-científicos um peso, atribuir uma ponderação que conferirá a cada um deles uma autoridade advinda do acúmulo do processo avaliativo legitimado pelos agentes desse processo, ou seja, visa à transferência do capital científico acumulado pelos agentes do processo de avaliação para os artefatos, de modo a conceder legitimidade aos produtos intelectuais produzidos pelo campo. Logo, o Qualis-Periódicos classifica os periódicos conforme o capital científico acumulado no campo, sendo tal classificação categorizada em três níveis, A, B e C, sendo C os periódicos sem capital científico acumulado, ou seja, segundo o documento da área das Ciências Sociais Aplicadas são “considerados em desacordo com o perfil de um periódico científico” (CAPES, 2010, p. 4). Assim, o nível A é constituído em A1 e A2 e o segundo nível B varia de B1 a B5, ambos de maneira hierárquica decrescente – do maior para o menor. Enfim, na avaliação da produção dos pesquisadores a relação tem valorização superlativa, acumula mais capital científico quem publica nos periódicos com o maior Qualis. Na área das Ciências Sociais Aplicadas, onde se encontra a Ciência da Informação, o Qualis-Periódicos está disposto conforme o quadro abaixo.

QUADRO 1 – Classificação do Qualis-Periódicos e pontuação conforme publicação

Qualis-Periódicos	Pontuação
A1	100
A2	85
B1	70
B2	50
B3	40
B4	30
B5	15
C	0

Fonte: CAPES (2010, p. 9)

O sistema avaliativo para os livros é muito próximo ao sistema Qualis, tanto o Qualis-Periódicos quanto o Qualis-Artístico. Os livros são classificados conforme seus respectivos pesos conferidos pela comissão avaliadora, variando de maneira hierárquica crescente, inversa ao Qualis-Periódicos. Assim, a classificação está disposta em dois níveis L e NCL, sendo este último similar ao nível C dos periódicos, sem capital científico acumulado, segundo a Capes

(2010, p. 15) NCL significa “não classificados como livros”. O nível L está disposto em ordem crescente, do menor para o maior, do L-1 até o L-4, conforme o segundo quadro.

QUADRO 2 – Classificação do Qualis-Livros e pontuação conforme critérios avaliativos

Qualis-Livros	Pontuação
L-4	80-100
L-3	60-79
L-2	40-59
L-1	20-39
NCL	0

Fonte: CAPES (2010, p. 15)

Em nível internacional existem outros órgãos que possuem um capital científico acumulado próprio para avaliação de periódicos, como por exemplo, os critérios de avaliação de periódicos contidos nos relatórios do *Journal Citation Reports – JCR* – e o indicador de Fator Impacto (FI) do *Institute for Scientific Information (ISI)*, que segundo Ernesto Spinak (1996, p. 108) “mede a importância relativa de um periódico dentro de um conjunto de periódicos de uma disciplina”, isto é, quantifica o prestígio do periódico em seu meio disciplinar através das citações recebidas. Existem diversos instrumentos de avaliação geradores de indicadores da produção científica, quase sempre quantitativos, que objetivam demonstrar a reputação de determinados agentes dentro do campo científico, sejam eles indivíduos, instituições ou artefatos intelectuais próprios do campo. (ROUSSEAU, 1998; CHAPULA, 1998; SPINAK, 1998; VANTI, 2002)

A capitalização simbólica da Capes concede a ela o poder, através do seu sistema de avaliação da produção científica, de reputar as instituições científicas e o corpo de sujeitos do meio científico nacional. Logo, o campo da Ciência da Informação é avaliado por ela, assim como os seus artefatos intelectuais: periódicos e livros. Os critérios de avaliação dos programas de pós-graduação, instrumentos de aumento de capital científico, isto é, de formação de autoridades científicas, estão pautados em quatro quesitos fundamentais que justificam um quinto quesito. O quinto quesito diz respeito à “Proposta dos programas” de Ciência da Informação, sendo a sua creditação variável em conformidade com o peso de cada critério,

QUADRO 3 – Proposta do Programa: critérios e pesos

Crerios	%
Coerência, consistência, abrangência e atualização das áreas de concentração, linhas de pesquisa, projetos em andamento e proposta curricular.	40
Planejamento do programa com vistas a seu desenvolvimento futuro, contemplando os	30

desafios internacionais da área na produção do conhecimento, seus propósitos na melhor formação de seus alunos, suas metas quanto à inserção social mais rica dos seus egressos, conforme os parâmetros da área.	
Infra-estrutura para ensino, pesquisa e, se for o caso, extensão.	15
Autoavaliação do programa.	15

Fonte: CAPES (2010, p. 19-20)

Os quatro quesitos, ou critérios, estão pautados nos agentes do campo da Ciência da Informação, justificadores da proposta dos programas. A produção intelectual, o corpo discente (teses e dissertações produzidas), o corpo docente e a inserção social dos programas são os critérios fundamentais para estimar o prestígio de cada programa, realizado com a efetivação do processo avaliativo através da geração do conceito dos programas. Seus pesos no sistema de avaliação estão dispostos dessa maneira,

QUADRO 4 - Avaliação dos agentes do campo da Ciência da Informação: critérios e pesos

Critérios	%
Produção Intelectual	40
Corpo Discente, teses e dissertações	30
Corpo Docente	20
Inserção Social	10

Fonte: CAPES (2010, p. 21-28)

Para aferir o peso de cada um dos quatro critérios existem outros subcritérios. Por exemplo, para aferir os 40% que concerne à “produção intelectual” existem subcritérios, que quando somados entre si estimam os 100%. Se caso alcançarem a excelência, significarão os 40% na avaliação total da produção intelectual. No quadro abaixo, a representação dos subcritérios do critério “produção intelectual”,

QUADRO 5 – Critério de Produção Intelectual: subcritérios e pesos

Subcritérios	%
Publicações qualificadas do programa por docente permanente	40
Distribuição de publicações qualificadas em relação ao corpo docente permanente do Programa	30
Produção técnica, patentes e outras produções consideradas relevantes	15
Produção artística, nas áreas que tal produção for pertinente	15

Fonte: CAPES (2010, p. 24-26)

Os subcritérios e consequentemente o próprio critério de Produção Intelectual estão associados às outras formas de concessão de peso. Por exemplo, o primeiro subcritério que trata das publicações dos docentes permanentes está diretamente ligado aos critérios de produção dos artefatos intelectuais, isto é, aos critérios do Qualis-Periódicos e do Qualis-Livros. Logo, a

produção em periódico será pontuada de acordo com o quadro 1, assim como a produção em livro será pontuada conforme o quadro 2, deste trabalho. Da mesma maneira, o subcritério “produção artística” está vinculado com o peso conferido pelo Qualis-Artístico.

Todos esses indicadores da área das Ciências Sociais Aplicadas estão vinculados e associados entre si para atribuição de uma nota, ou melhor dizendo, um conceito para cada programa de pós-graduação avaliado. Tal conceito é a síntese de todas as ponderações e pesos atribuídos aos critérios (CAPES, 2010a). O conceito é a representação do prestígio dado pelo sistema reputacional aos programas de pós-graduação junto a Capes, ou seja, quanto maior o conceito do programa maior é o capital científico acumulado.

No contexto nacional, o CNPq é a outra agência que possui grande peso político-científico capitalizado. Diferente da Capes, onde estão em análise os artefatos intelectuais e os programas de pós-graduação em geral, o CNPq tem um foco mais voltado para a concessão de prestígio aos agentes individuais do campo e aos seus grupos de pesquisa. Assim, a Capes, pode ser caracterizada por atuar em um plano institucional e o CNPq por atuar em plano individual.

Os agentes individuais prestigiados pelo CNPq são doutores. Nos indicadores da pesquisa no Brasil, que consta no sítio do CNPq, dez das dezesseis tabelas sobre a ciência brasileira na ótica do CNPq tratam diretamente dos doutores do país, sendo que as outras seis tabelas indiretamente possuem relação com os pesquisadores doutores (CNPQ, 2011). No Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil (DGP), produto do CNPq, o grupo de pesquisa é “definido como um conjunto de indivíduos organizados hierarquicamente em torno de uma ou, eventualmente, duas lideranças”, sendo que “o fundamento organizador dessa hierarquia” é o “destaque” (DGP, 2011), ou seja, o prestígio, a reputação do pesquisador. É nítida no discurso reputacional do CNPq as características da estrutura do campo científico: a hierarquização e a desigualdade entre os indivíduos, efeito da acumulação de capital científico. Assim, para exercer o papel de líder em um grupo de pesquisa, o diretório não exige titulação máxima, no entanto, “o grupo cujo líder não é doutor é considerado atípico.” (DGP, 2011). A atipicidade é um instrumento regulador e enunciador da exigência de uma autoridade científica com grande capital científico acumulado para a constituição de um grupo de pesquisa. O consentimento da criação de um grupo de pesquisa depende da autorização do Dirigente de Pesquisa da Instituição, ou seja, de outra autoridade reguladora da distribuição do capital científico. Os Dirigentes são “os gerentes superiores da atividade de pesquisa na instituição” (DGP, 2011), ou seja, os sujeitos que possuem o capital científico temporal acumulado – “ligado a ocupação de posições importantes” (BOURDIEU, 2004, p. 35).

Contudo, o próprio CNPq concede aos pesquisadores considerados célebres, àqueles que já possuem grande capital científico acumulado no campo, um dos postos mais prestigiados da ciência brasileira, a Bolsa de Produtividade Científica. Segundo o CNPq, essa bolsa é atribuída

[...] a pesquisadores de reconhecida competência na carreira da pesquisa, com produção científica regular de valor reconhecido pelos pares, atuação na formação de recursos humanos em nível de pós-graduação, desempenho de natureza científica e acadêmica que indiquem liderança na área, e participação efetiva em algumas atividades de política e gestão científica (CNPQ, 2011).

Nessa última citação, por exemplo, é possível ver os vestígios de uma integração de indicadores entre a Capes e o CNPq típicos a uma política científica, quando é citado a “formação de recursos humanos em nível de pós-graduação”, foco de avaliação da Capes e presente entre os critérios do CNPq. No entanto, para avaliar todas essas características do bolsista de produtividade (PQ), o CNPq desenvolveu um modelo próprio de avaliação para esses agentes. Os critérios de avaliação para entrada, continuidade e progressão no sistema PQ na área da Ciência da Informação e da Comunicação estão baseados na concessão de pesos a determinados critérios, que possuem maior relevância ou prestígio para a área, um padrão metrológico de avaliação (LATOUR, 2000). A avaliação do CNPq para bolsista PQ na Ciência da Informação e na Comunicação está disposta da seguinte forma,

QUADRO 6 – Critérios de avaliação para concessão de bolsa PQ

Critérios	%
Produção intelectual	50
Formação de recursos humanos para pesquisa	15
Coordenação e participação em projetos de pesquisa	10
Contribuição para a inovação	10
Atividades editoriais e de política e gestão científica	10
Atividades de natureza científica e acadêmica de liderança na área	5

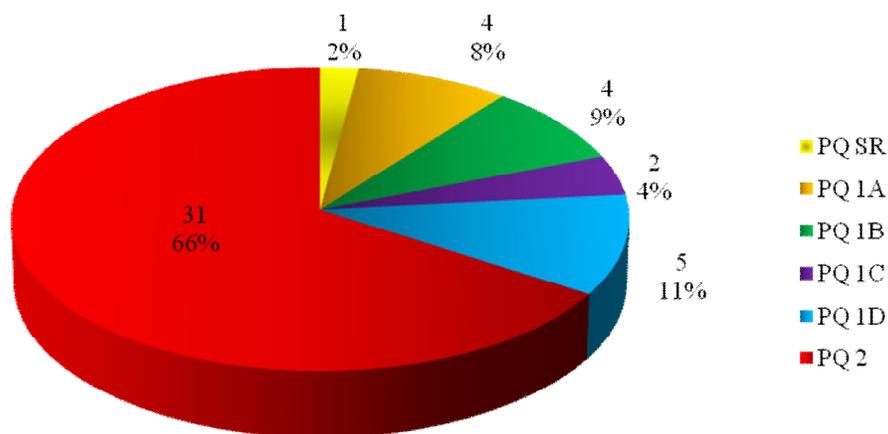
Fonte: CNPQ (2011)

O comitê de assessoramento de Artes, Ciência da Informação e Comunicação, dotado de capital temporal entre esses campos, pormenoriza o que será considerado por cada um desses critérios gerais, sendo eles partes dos critérios de julgamento, ou seja, os critérios de distinção social (BOURDIEU, 2011) entre os pesquisadores e os estratos prestigiosos dos níveis das bolsas PQ. Essa estratificação, comum a todo grupo regido de maneira hierárquica, é incentivada e perseguida pelos agentes do campo, acabando por designar a uns poucos o controle das decisões de todo o campo. Richard Whitley (2000; 2008) denomina esses pequenos grupos de governantes do campo de elites científicas. Desta maneira, o grupo de pesquisadores PQ da Ciência da Informação pode ser considerado como uma elite científica. Não é somente

esse grupo que constitui a elite reputacional da Ciência da Informação, pois como afirma Bourdieu (1983, p. 136) a estrutura do campo é baseada na “distribuição do capital específico de reconhecimento científico entre os participantes da luta”, logo essa distribuição de capital está dispersa em diversos cargos⁵ (capital temporal) do campo e nas próprias comunicações⁶ (capital científico “puro”) que possuem uma relevância no campo.

Segundo Muller e Santana (2003, p. 15), a Ciência da Informação durante um período da década de 1990 possuía apenas cinco bolsistas de produtividade; mencionam ainda o Relatório de Atividades do CNPq do ano de 1993, onde constava na seção da Ciência da Informação “insipiência da atividade de pesquisa na área”. Em 2002, o campo da Ciência da Informação tinha multiplicado por quase cinco a sua quantidade de bolsistas: 23 bolsistas PQ (MULLER; SANTANA, 2003, p. 15). Em 2012, dez anos depois, a Ciência da Informação possui 47 bolsistas PQ (CNPQ, 2012), representados por nível da bolsa, no gráfico 1.

GRÁFICO 1 – Bolsistas PQ da Ciência da Informação distribuídos por nível



Fonte: CNPq, 2012

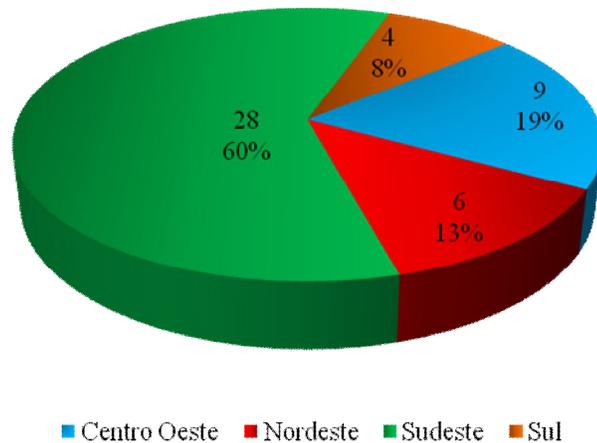
Dos 47 bolsistas PQ, 28 são de instituições da região sudeste, além disso, dos 14 bolsistas PQ 1 e PQ SR, 12 são de instituições dessa mesma região. Logo, as instituições dessa região possuem um peso científico capitalizado na Ciência da Informação, o que possibilita a

⁵ Não é propósito desse trabalho fazer uma triagem da elite reputacional da Ciência da Informação, contudo a ocupação de alguns cargos conferem um alto acúmulo de capital científico no campo, como por exemplo: Coordenador de Área da Capes, Coordenador de Área no CNPq, Coordenador de Programa de Pós-graduação, Coordenador de GT na Ancib, dentre outros cargos.

⁶ As comunicações de relevância para o campo estão distribuídas conforme a avaliação dos periódicos apresentada no quadro 1 e dos livros no quadro 2, além de trabalhos comunicados no Enancib e em outros meios reputados pelo campo.

identificação de um número maior de autoridades científicas nessa região, que por sua vez, através das estratégias descritas por Bourdieu (1983) possuem a capacidade de produzir novas autoridades, aumentando o seu poder sobre o campo.

GRÁFICO 2 – Bolsistas PQ da Ciência da Informação distribuídos por região



Fonte: CNPq, 2012

4 CONCLUSÃO

A associação teórica entre as ideias de Pierre Bourdieu e Richard Whitley possibilitou a construção da matriz teórica e prática utilizada para análise das evidências político-científicas envolvidas nos sistemas de avaliação da produção científica. Tal concepção teórica aplicada aos aspectos pragmáticos da atividade de pesquisa da Ciência da Informação pode ser de grande valia para futuras interpretações das pesquisas do campo. A colaboração discursiva entre esses dois autores possibilita para os estudos sociais do campo da Ciência da Informação uma superação dos muros da estrutura e de suas ideias-tipos, implementando elementos contingentes e transformadores na análise dos sistemas de avaliação da produção científica, como, por exemplo, a natureza organizacional das agências de fomento do país e as suas formas de concessão de reputação simbólica aos agentes científicos brasileiros. A limitação desse estudo se constitui diante da enorme quantidade de procedimentos reputacionais dentro do corpo de ações possíveis, inviáveis de serem analisadas com maior profundidade nesse espaço. Assim optou-se por fazer uma representação descritiva e associativa da matriz teórica com os aspectos

pragmáticos do campo da Ciência da Informação através da análise dos instrumentos reputacionais do campo nos sistemas de avaliação da produção científica da Capes e do CNPq.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2009.

BACHELARD, Gaston. **A formação do espírito científico**. São Paulo: Contraponto, 1996.

_____. **O novo espírito científico**. São Paulo: Edições 70, 2008.

BAIARDI, Amilcar. **Sociedade e estado no apoio à ciência e à tecnologia**: uma análise histórica. São Paulo: Hucitec, 1996.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

_____. **A distinção**: crítica social do julgamento. 2. ed. São Paulo: Zouk, 2011.

_____. O campo científico. In: ORTIZ, Renato (Org.). **Pierre Bourdieu**: sociologia. São Paulo: Ática, 1983. p. 122-155.

_____. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

_____. **Os usos sociais da ciência**: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Unesp, 2004.

BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude. **Ofício de sociólogo**: metodologia da pesquisa na sociologia. Petrópolis: Vozes, 2004.

BURKE, Peter. **Uma história social do conhecimento**: de Gutenberg a Diderot. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. 241 p.

CAPES. COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. **Documento de área das Ciências Sociais Aplicadas I 2009**. 2010. Disponível em:

<http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/SOC_APLIC_07mai10.pdf>. Acesso em: 01 ago. 2011.

_____. **Relatório de avaliação 2007-2009: trienal 2010**. 2010a. Disponível em: <<http://trienal.capes.gov.br/wp-content/uploads/2011/02/RELAT%C3%93RIO-DE-AVALIA%C3%87%C3%83O-2010-CSA-I.pdf>>. Acesso em: 01 ago. 2011.

CHAUÍ, Marilena. **Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas**. São Paulo: Moderna, 1981.

CNPq. CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO. **Comitê de assessoramento de Artes, Ciência da Informação e Comunicação**. Disponível em: <<http://www.CNPq.br/cas/ca-ac.htm#critérios>>. Acesso em: 02 ago. 2011.

_____. **Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil**. Disponível em: <<http://dgp.CNPq.br/censos/perguntas/perguntas.htm#5>>. Acesso em: 02 ago. 2011.

_____. **Bolsas de produtividade em Pesquisa e Tecnologia**. Disponível em: <<http://efomento.cnpq.br/efomento/distribuicaoGeografica/distribuicaoGeografica.do?metodo=apresentar>>. Acesso em: 07 jun. 2012.

COULANGES, Fustel. **A cidade antiga**. São Paulo: Martin Claret, 2005.

CLARK, Burton. **The higher education system: academic organization in cross-national perspective**. Berkeley: University of California Press, 1983.

DORTIER, Jean-François. **Dicionário de Ciências Humanas**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

HABERMAS, Jürgen. **Técnica e ciência como ideologia**. São Paulo: Edições 70, 2007.

HEIDEGGER, Martin. A questão da técnica. **Scientia Studia**, São Paulo, v.5, n.3, p. 375-398, 2007.

LATOUR, Bruno. **Ciência em ação**: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora. São Paulo: UNESP, 2000.

LEVI, Lucio. Legitimidade. In: BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. (Orgs.) **Dicionário de política**. 5. ed. Brasília: Unb, 1993. p. 675-679. v. 2.

MACIAS-CHAPULA, Cesar A. O papel da informetria e da cienciometria e sua perspectiva nacional e internacional. **Ciência da Informação**, v. 27, n. 2, p. 134-140, maio/ago. 1998.

MARTINS, Wilson. **A palavra escrita**: historia do livro, da imprensa e da biblioteca. 3. ed. São Paulo: Ática, 1998. 519 p. (Temas 49).

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. 28. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. Livro 1, v.1.

MEADOWS, Arthur J. **A comunicação científica**. Brasília: Briquet de Lemos, 1999.

MINGUILLO, David. Toward a new way of mapping scientific fields: authors' competence for publishing in scholarly journals. **Journal of the American Society for Information Science and Technology**, v. 61, n.4, p.772-786, 2010.

MUELLER, Suzana Pinheiro Machado. A ciência, o sistema de comunicação científica e a literatura científica. In: CAMPELLO, Bernardete Santos; CENDÓN, Beatriz Valadares,

KREMER, Jeannete Marguerite (Orgs.). **Fontes de Informação para Pesquisadores e Profissionais**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000. p. 21-34.

MUELLER, Suzana Pinheiro Machado; SANTANA, Maria Gorette. A Ciência da Informação no CNPq: fomento à formação de recursos humanos e à pesquisa entre 1994-2002. **DataGramZero**, Rio de Janeiro, v.4, n.1 , p.1-16, fev.2003.

ROSSI, Paolo. **A ciência e a filosofia dos modernos**. São Paulo: Unesp, 1992.

ROUSSEAU, Ronald. Indicadores bibliométricos e econométricos para a avaliação de instituições científicas. **Ciência da Informação**, v. 27, n. 2, p. 149-158, maio/ago. 1998.

SCHIMANK, Uwe. New public management and the academic profession: reflections on the German situation. **Minerva**, v. 43, p. 361-376, 2005.

SHINN, Terry; RAGOUE, Pascal. **Controvérsias sobre a ciência**: por uma sociologia transversalista da atividade científica. São Paulo: Editora 34, 2008. 208 p. (Sociologia da Ciência e da Tecnologia. Estudos sobre a ciência e a tecnologia)

SPINAK, Ernesto (Org.) **Dicionário Enciclopédico de Bibliometria, Cienciometria e Informetria**. Caracas: Unesco, 1996.

SPINAK, Ernesto. Indicadores cienciométricos. **Ciência da Informação**, v. 27, n. 2, p. 141-148, maio/ago. 1998.

STOPPINO, Mario. Autoridade. In: BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. (Orgs.) **Dicionário de política**. 6. ed. Brasília: Unb, 1994. p. 88-94. v. 1.

TARNAS, Richard. **A epopéia do pensamento ocidental**: para compreender as ideias que moldaram nossa visão de mundo. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2008.

VANTI, Nadia. Da bibliometria à webometria: uma exploração conceitual dos mecanismos utilizados para medir o registro da informação e a difusão do conhecimento. **Ciência da Informação**, v. 31, n. 2, maio/ago. 2002.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**. Brasília: Unb, 2009. v.1.

WHITLEY, Richard. Changing authority relations in public science systems and their consequences for the direction and organisation of research. **Manchester Business School**, n. 556, 2008.

WHITLEY, Richard. Changing governance of the public sciences: the consequences of establishing research evaluation systems for knowledge production in different countries and scientific fields. In: WHITLEY, Richard; GLAESER, Jochen. (Eds.) **The Changing Governance of the Sciences**. Dordrecht: Springer, 2007. p. 3-27.

_____. **The intellectual and social organization of the sciences**. New York: Oxford University Press, 2000.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Investigações filosóficas**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

ZIMAN, John. **Prometheus Bound**: science in a dynamic steady state. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.